



**ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5043509-18.2021.8.24.0000/SC

PROCESSO ORIGINÁRIO: Nº 5004024-85.2021.8.24.0040/SC

RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ FERNANDO BOLLER

AGRAVANTE: __

AGRAVADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO.

PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE.

RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO, SUSPENSO PELA CASAN EM 28/07/2021, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS FATURAS ATINENTES AOS MESES DE AGOSTO E NOVEMBRO DE 2020.

INTERLOCUTÓRIA INDEFERINDO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.

INSURGÊNCIA DO CONSUMIDOR AUTOR.

APONTADA ILEGALIDADE NO TOCANTE À CESSAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO POR SUPOSTO DÉBITO ANTIGO.

ELOCUÇÃO CONSISTENTE. PROPOSIÇÃO EXITOSA.

ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PACÍFICO NO SENTIDO DE QUE A SUSPENSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO SOMENTE PODE OCORRER QUANDO SE TRATAR DE DÍVIDA ATUAL, E NÃO PRETÉRITA, EM RELAÇÃO À QUAL A CONCESSIONÁRIA POSSUI OUTROS MEIOS PLAUSÍVEIS PARA COBRANÇA.

INTERRUPÇÃO QUE, POR CONSEQUENTE, NÃO
PODE SE BASEAR EM DÉBITO CONTROVERTIDO
E VENCIDO HÁ QUASE UM ANO.

IMPERIOSA REATIVAÇÃO DO ABASTECIMENTO
DO SERVIÇO PÚBLICO.

PRECEDENTES.

*“Esta Corte Superior pacificou o entendimento de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento do serviço em razão de débito pretérito; o corte de água ou energia pressupõe o inadimplemento de dívida atual, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos” (STJ, Min. Napoleão Nunes Maia Filho)” (TJSC, **Apelação Cível n. 0301320-60.2015.8.24.0028**, de Içara, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. em 15/06/2021).*

DECISÃO REFORMADA.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos da fundamentação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Florianópolis, 26 de outubro de 2021.

Documento eletrônico assinado por **LUIZ FERNANDO BOLLER, Desembargador Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc2g.tjsc.jus.br/eproc/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **1435103v24** e do código CRC **16bb2f4f**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): LUIZ FERNANDO BOLLER
Data e Hora: 26/10/2021, às 17:13:6

https://eprocwebcon.tjsc.jus.br/consulta2g/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=321635267818563214711457398211&event... 2/2